



CENTRO DE ESTUDOS PESQUISA EXTENSÃO E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO – CEPEX DH  
CNPJ: 14.846.294/0001-81  
Campus SALVADOR – Avenida Tancredo Neves 969, Edifício  
Metropolitan Center sala 1002  
Parceria Educacional: IESFAC  
Email: [cepexposgraduacao@hotmail.com](mailto:cepexposgraduacao@hotmail.com)  
Site: [www.cepexdh.com.br](http://www.cepexdh.com.br)



## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: jovens no binômio educação/trabalho e as implicações práticas nas suas escolhas profissionais

Victor Meira da Cunha<sup>1</sup>  
Juliana de Melo Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta resultados do trabalho de conclusão de curso, objetivou analisar o jovem de baixa renda e o contexto social em que vive. A escolha metodológica para o desenvolvimento deste trabalho é de cunho qualitativo. Utilizou-se de entrevistas com jovens inseridos no cenário de pobreza, como instrumento para a coleta de dados. O presente trabalho foi composto por duas vertentes: compilação de entendimento doutrinário sobre o tema, buscando escritores nacionais e internacionais que mais se adequavam à proposta buscada. Portanto, compreende-se que a relação educação e trabalho não está apenas ligada ao bem comum e ao desenvolvimento da sociedade, mas a interesses ideológicos.

**Palavras-chaves:** Jovem. Educação. Trabalho.

### ABSTRACT

This article presents results of the course conclusion work, aimed at analyzing the low income youth and the social context in which they live. The methodological choice for the development of this work is qualitative. Interviews with young people included in the poverty scenario were used as a tool for data collection. The present work was composed of two components: compilation of a doctrinal understanding on the subject, searching for national and international writers who best fit the proposal sought. Therefore, it is understood that the relation education and work is not only related to the common good and to the development of the society, but to ideological interests.

**Keywords:** Young. Education. Job.

<sup>1</sup> Victor Meira da Cunha: Assistente Social; Especialista em Gestão e Elaboração de projetos sociais. Email: [vmeirac@gmail.com](mailto:vmeirac@gmail.com)

<sup>2</sup> Juliana de Melo Santos: Graduada em Direito; Especialista em Direito Penal; Assessora Jurídica do Ministério Público da Bahia. Email: [Melo-Juliana@hotmail.com](mailto:Melo-Juliana@hotmail.com)

## **1. INTRODUÇÃO**

O sistema capitalista neoliberal, com suas transformações e exigências constantes, exige posturas diferenciadas de acesso ao competitivo mercado de trabalho. O jovem-adulto é constantemente provocado a buscar melhores qualificações, formação acadêmica técnica, especializações em áreas específicas, dedicação de tempo integral, de modo a ter espaço no sistema, através de empregos dignos, com remuneração satisfatória.

Tratamos aqui de um indivíduo, enquanto ator penalizado no quesito social, decorrente diretamente da relação capital/trabalho, que está inserido em uma realidade precária, condicionados as dificuldades de ordem econômico-social, moradores muitas das vezes de comunidades violentas, onde a insegurança é sempre fiel companheira. Esse jovem é cerceado das oportunidades, na medida em que não pode escolher livremente sua profissão/emprego.

Em geral, o jovem pobre é obrigado a buscar uma renda precocemente para ajudar suas famílias e com isso abandona a formação educacional. Embora o sistema educacional no Brasil, desde os jesuítas, caminhe no sentido de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, a realidade da escola pública é desoladora. O mercado de trabalho, por sua vez, exige que o indivíduo dotado de suas características pessoais e habilidades técnicas, dito valor de uso, em determinado momento histórico o transforme em valor de troca e agregue ao processo produtivo.

Tudo gira em torno do capital e da produção de riqueza. As sociedades capitalistas se reorganizam e se reestruturam no sentido de introduzir novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. Nesse espeque, o binômio educação/trabalho em relação ao jovem pobre não se equilibra. Em verdade, se estabelece uma dicotomia paradoxal, pois o fluxograma natural de formação acadêmica e preparação para o trabalho, com inserção em empregos de acordo com a qualificação técnica passa a minguar do contexto real.

## **2. O MERCADO DE TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES EM UM ESTADO NEOLIBERAL**

O Estado é responsável pela organização e controle da sociedade através das Leis constituídas. Ou seja, as Leis que organizam a sociedade partem do Estado e das ideologias norteadoras. A organização da sociedade brasileira está ligada à ideologia capitalista neoliberal. Esta visa o Estado mínimo.

Petrilli (2000, p.73) nos fala que o ideário neoliberal se utiliza das políticas estatais para desregularização das normas e leis que garantem os direitos sociais, com o intuito de difundir a lógica do “mercado livre”, sob a direção do sistema financeiro global. Traz consigo a flexibilização

do mundo do trabalho, desde as estruturas produtivas, a formas de organização do trabalho, a força de trabalho e até as políticas que as viabilizam.

A relação educação e trabalho não está apenas ligada ao bem comum e ao desenvolvimento da sociedade, mas a interesses ideológicos. A formação profissional é capaz de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego.

O trabalho é uma condição de existência dos homens, decorrente da relação entre o homem e a natureza, a qual é transformada nos bens necessários à reprodução social. O trabalhador, através de diferentes processos e relações sociais, somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, constituem um conjunto de saberes dito valor de uso, que se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo.

A partir do trabalho, a riqueza social é produzida e impulsiona a humanidade a graus mais elevados de sociabilidade. A dinâmica dos mercados, quer seja de bens e serviços, financeiros ou de trabalho, demonstrou que as sociedades capitalistas se reorganizam e se reestruturam no sentido de introduzir novas formas de racionalização do trabalho e da vida social.

Desta forma os direitos sociais, originários dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade material, surgem não para acabar com os ideais liberais, mas sim para tentar aplacar as desigualdades sociais. Segundo o autor Celso Ribeiro Bastos<sup>3</sup>, esse momento é classificado como um segundo movimento constitucional, preocupado em tutelar a pessoa humana em situação de risco. Para isso, exige-se do Estado prestações normativas e materiais.

A partir da década de 60, verificou-se que o Estado não possuía capacidade de atender a contento as demandas sociais. Frente a essa realidade, surgem duas alternativas, o aumento da carga tributária ou diminuição dos gastos com as políticas públicas, sendo a segunda opção aceita pelo Poder Público. Com isso, foi gerado aumento da exclusão social e supervalorização das políticas de privatizações, dada a precariedade dos serviços públicos até então disponibilizados.

A ampliação significativa das atividades do Estado trouxe desconforto de ordem estrutural. O lastro ideológico que o sustentava foi o mesmo que o fez ruir, pois a ideia gerada de cidadania não acompanhou as expectativas sociais em relação às atividades prestacionais, resultando numa falta de legitimidade. As almejadas transformações sociais, definitivamente, não acompanharam o discurso.

---

<sup>3</sup> BRADBURY, 2006.

A efetividade dos direitos visam reduzir as desigualdades entre as pessoas, ajustando os indivíduos às mais completas e dignas condições de vida. Contudo, a sociedade tem como meta apenas concentrar e acumular mais riquezas, em detrimento da população excluída, não se preocupa com valores morais essenciais ao pleno desenvolvimento da dignidade da pessoa humana.

### **3. O JOVEM POBRE BRASILEIRO E O BINÔMIO EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Os avanços e as transformações pelas quais o mundo passou e está passando trazem consigo impactos na vida das pessoas. Uma sociedade que vive a desigualdade no seu extremo, em que a maioria dos cidadãos buscam a sobrevivência, enquanto poucos exploram e são beneficiados com esta luta desleal. Estes tornam-se reféns do mundo do trabalho. Famílias sofrem para sobreviverem. Pais e mães, quando há dois em uma mesma casa, lutam sem parar, trabalham dia e noite, semana após semanas, para dar o mínimo necessário a seus filhos e familiares.

Nesse contexto familiar, a criança transforma-se jovem inseguro e despreparado. A relação educação/trabalho é paradoxal. Em verdade, ocorre muitas vezes a escolha por uma delas. A necessidade precoce de auxiliar a família de forma material provoca o abandono da educação escolarizada.

Aptidões, desejos, satisfação profissional desses jovens são subjugados. O binômio educação/trabalho nem sempre convergem. Aliás, no contexto da juventude pobre brasileira, estão por muitas vezes dissonantes. A falta de perspectiva, a escassez da vaga de emprego formal, a falta lógica de qualificação condenam a subempregos.

O contexto econômico brasileiro também não colabora. A estrutura do mercado de trabalho tem passado por mudanças. Tem-se altas taxas de desemprego que vem acompanhadas de crescente insegurança. De um lado, tem-se a flexibilização da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc.), de outro cresce o discurso por maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores.

Necessário pontuar, o desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho. O número de desempregados é desolador. Ao jovem pobre e mal qualificado resta os programas sociais que nem sempre conseguem inserir os “formados” em empregos estáveis.

Outra consequência desse contexto perpassa pela concepção de cidadão, ser humano, detentor de direitos. Essa dignidade muitas vezes é aviltada. Estabelecer um projeto de desenvolvimento pessoal/profissional, perceber-se enquanto indivíduo com necessidades inclusive



de ordem emocional fica aquém de todo o movimento alijador ao qual esse jovem vê-se submetido.

Por isso, os desafios enfrentados pelos jovens, na relação educação/trabalho estão intrinsecamente relacionados à vivência real. Raitz e Petters (2008, p.408), discorrem a respeito:

São visíveis as transformações pelas quais o mundo passa no século XXI, trazendo fortes impactos e afetando a vida de muitas pessoas, especialmente dos jovens, sendo cada vez mais atingidos na sua forma de socialização, na relação que estabelecem com a educação e o trabalho, nos seus modos de vida, nos seus pensamentos. Perdem, assim, muitas vezes, a ideia de que são responsáveis pela sua própria história, faltam-lhes perspectivas para o futuro. (RAITZ E PETTERS, 2008, p.408).

As informações levantadas mostram as dificuldades dos jovens na relação educação/trabalho, cujo contexto social influencia decisivamente nas suas decisões/escolhas, trazendo consequências para seu futuro. Diante das exigências do mercado, nos descreve Pereira:

Em linhas gerais, a globalização da economia decorrente do processo de internacionalização do capital vem tornando as empresas altamente competitivas, com novas exigências em termos do perfil do trabalhador. Aqueles que não estiverem preparados, com sólida educação básica e efetiva qualificação profissional, serão inevitavelmente excluídos das organizações de trabalho. (PEREIRA, 2004, p.44).

Nesse cenário, cuja força da mão de obra jovem é latente, mas um contrassenso diante da sua falta de qualificação técnica, esse grupo tem sido alvo de diversas ações de políticas públicas. Em um País cuja idade produtiva tem aumentado, temos uma grande força jovem despreparada. Cria-se Lei, conselhos, programas e estatuto para auxiliar e garantir os direitos à juventude numa notória compensação. Como Barone nos fala:

...vale destacar, no cenário nacional, emergência das políticas públicas voltadas à juventude, sobretudo aquelas com foco no trabalho e na ampliação da escolaridade. No início da década de 2000, a Lei da Aprendizagem, Lei nº 10.097/2000, voltada à inserção laboral de jovens com idade entre 14 e 24 anos, começa a vigorar. A criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), pela Lei 11.129/2005, instituindo a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), está presente na proposição da Política Nacional de Juventude e, mais recentemente, a promulgação do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, e institui o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). BARONE, (2016, p.6)

Neste contexto, a questão social emerge da luta pela cidadania, implicando na busca pela garantia dos direitos civis, sociais, políticos e humanos. Desde sempre existiu a pobreza e a polarização entre ricos e pobres. Atualmente, quanto mais se aumenta a riqueza produtiva, mais cresce o contingente de pessoas que vivem na pobreza. Embora os excluídos não participem do sistema, são eles que sustentam a ordem econômica e social.

Quando não se divide igualmente o produto do trabalho, quando uma minoria detém o poder dos meios de produção, uma grande maioria é explorada. O sistema capitalista produz compulsoriamente a questão social, pelo traço próprio da relação capital/trabalho – a exploração. Assim, a questão social tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

### **3.1 – POLÍTICAS PÚBLICAS: REALIDADE INDISPENSÁVEL**

A evolução social dos direitos e garantias fundamentais impôs uma sensível alteração no trato do Estado para com os seus administrados, em face das atribuições impostas pela Constituição Federal de 1988, sobretudo nas questões relacionadas à efetivação destes direitos especiais.

O Poder Público passou a pautar-se em dois aspectos programáticos: proteção dos indivíduos em face dos seus próprios atos, originando assim o princípio da legalidade; e necessidade de satisfação dos interesses dos administrados, através de ações governamentais que consistam em decisões políticas dirigidas a um fim social específico, previsível do ponto de vista da necessidade, planejado se observado sobre a ótica das metas, cuja finalidade precípua seria efetivar direitos fundamentais.

Neste diapasão, esse segundo aspecto deverá ser atingido através das políticas públicas. Elas possuem o condão de não somente materializar os direitos constitucionais, como também indicam o grau de civismo e respeito de um país a estes direitos. Todavia, por vezes, a atuação da Administração Pública neste sentido é diminuta, seja em razão da clássica escassez de recursos, seja porque tal necessidade coletiva não compõe o projeto político de determinado gestor.

Américo Bedê Júnior<sup>4</sup> entende a expressão políticas públicas como todas as atuações do Estado, abarcando a totalidade de formas da intervenção do poder público na vida social. As políticas públicas podem ter várias conotações como: expressar planos, objetivos políticos calcados em metas temporais, tais como Plano Nacional de Desenvolvimento ou Plano de Educação; significar programas de ação em sentido estrito, através de decretos e portarias, tais como Programa de Material Escolar. Para Nagibe Jorge Neto<sup>5</sup> qualquer conceituação deve considerar a necessidade de efetivação dos direitos fundamentais. Assim, para ele, as mencionadas políticas simbolizam a atuação do Estado, que tem por finalidade efetivar os direitos fundamentais de segunda e terceira dimensões.

Na atual conjuntura, entende-se que as políticas públicas tem como finalidade precípua propiciar atividades que resultem em avanços sociais em sentido amplo, efetivando no plano fático os consagrados direitos constitucionais. Nesse sentido, estas políticas podem ser classificadas como sociais, econômicas, educacionais, de regulação, relativas à segurança pública, dentre outras, sendo que a espécie liga-se a área à que se relaciona. As políticas públicas figuram no cenário político importante papel desenvolvimentista, pois ao atenderem aos direitos constitucionais, angariam avanços sociais em sentido amplo.

---

<sup>4</sup> FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. **O Controle Judicial de Políticas Públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 47.

<sup>5</sup> JORGE NETO, 2008, p. 54

### 3.2– PROJETO PONTES PARA O FUTURO

O Projeto “Pontes para o Futuro: Soluções de emprego para jovens em risco”, objeto de observação prática, é um projeto da Plan International Brasil, com o apoio da Stichting Plan Nederland e do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) em parceria com o Colégio Liceu Salesiano.

Os principais atores sociais do projeto são os/as jovens locais em áreas periféricas e urbanas, em especial das mulheres que são vítimas mais susceptíveis da violência econômica baseada em gênero, (incluindo afrodescendentes, deficientes ou jovens socialmente desfavorecidas), empresas locais, organizações de setor, centros técnicos vocacionais (VTCs), instituições do governo municipal e estadual, e ONGs locais. Os municípios alvos são Salvador e Camaçari, escolhidos a partir de um estudo de mercado (*Market Scan*) realizado por meio de uma consultoria *pro-bono* da Accenture para a Plan Brasil no ano de 2013.

Os resultados do estudo também evidenciaram aspectos da reestruturação produtiva pela qual o mercado de trabalho brasileiro vem passando, aumentando as exigências para os postos de trabalho. Essas alterações têm um impacto maior sobre o segmento jovem da população, devido ao seu nível insuficiente de competências e habilidades adquiridas na escola.

Apesar disso, o que se constata ao se abordar os desafios da qualificação do trabalhador jovem é que o ensino secundário não traz as competências e habilidades relevantes e necessárias para se acessar e permanecer no mercado de trabalho. Do mesmo modo, as atividades de treinamento e educação técnica vocacional (TVET) ainda são, em sua grande parte, baseadas na oferta, e não na demanda, e os Centros de Treinamento Vocacionais (VTCs) disponíveis, em geral, não conseguem satisfazer todas as necessidades do mercado de trabalho.

O objetivo fim do projeto é criar iniciativas de formação profissional e para a vida; encorajar e estabelecer relacionamentos entre organizações envolvidas na empregabilidade juvenil; animar redes colaborativas em desenvolvimento local e promoção da igualdade de gênero e também inspirar iniciativas inovadoras a partir do intercâmbio de boas práticas, especialmente, no campo econômico e social, também com enfoque de gênero.

A realização da pesquisa no campo empírico com os jovens que fizeram parte do Projeto Pontes para o futuro se deu por meio de entrevistas. Foram entrevistados três jovens por meio audiovisual. A entrevistada A tem 19 anos, desempregada e está cursando o nível superior. A entrevistada B tem 21 anos, concluiu o ensino médio, está trabalhando e tem um filho. O entrevistado C tem 19 anos, concluiu o ensino médio e trabalha como jovem aprendiz.

A pesquisa realizada enquadrou-se num plano de investigação qualitativa, orientada por

um paradigma interpretativo. Fizemos uma única pergunta direcionada aos três: Como se dá na sua vida a relação educação x trabalho com suas dificuldades e renúncias. Os três responderam livremente, sem intervenções e determinação de tempo. Não houve influência do entrevistador.

Buscou-se investigar o momento atual de cada um em paralelo com o sistema capitalista vigente, ou seja, como se dá essa inserção agora, haja vista que os três tem idades entre 19 e 21 anos.

Os entrevistados foram uníssonos em apontar a dificuldade em conciliar a formação acadêmica e o trabalho.

*“durante meus três anos de ensino médio, vi alunos fazerem de tudo na escola, desde se pegarem no banheiro até se drogarem na arquibancada. Eu sabia que sem que eu estudasse por meus próprios esforços eu não conseguiriam ingressar numa faculdade. Tudo isso junto com a vontade de ajudar em casa que era muito grande, com 14 eu fiz minha carteira de trabalho, minha mãe sustentava a casa sozinha, eu queria muito ajudá-la, então durante um tempo eu conciliei a escola com um curso para poder me profissionalizar e ingressar no mercado de trabalho, depois lutei muito para ver se conseguia algo, mas mesmo durante a adolescência eu percebi que a experiência conta mais do que o conhecimento, das poucas chances de entrevista que tive nenhuma teve efeitos – entrevistada A*

*“fui solicitar ajuda pois corria atrás de emprego, de curso e não conseguia vaga nem instituição nem empresa. Continuei estudando e terminei o ensino médio. Procurava emprego, fazia cursinhos que apareciam na rede e chamava colegas para continuar a motivação. Soube da Plan pela rede e convidaram ela pra fazer o curso de recepcionista na Plan” – entrevistada B*

A relação educação e trabalho se dissocia na medida em que é necessário conciliar as necessidades mínimas de sobrevivência à expectativa de dias melhores. Eles tem consciência que a formação acadêmica é essencial para se alcançar melhor lugar no mercado de trabalho, contudo, não há como conciliar diante da realidade prática.

Esse contexto paradoxal exemplifica a questão social na medida em que esse jovem despreparado se tornará alvo de exploração e manutenção do sistema capitalista. O exército de reserva, conceito desenvolvido por Karl Marx (1967), forma-se no momento que há disponibilidade de um número de jovens excedente as necessidades de produção.

Outra situação exemplificada nas entrevistas é o contexto social desses jovens. Apesar de desejarem modificar a realidade, eles não sabem o que fazer, pois a história de vida já evidencia muitas dificuldades.

*“...por mais centrado que você seja, eu entendo como muitos jovens se perdem durante a adolescência, pois é nós oferecido muita coisa, mesmo que você se mantenha distante só de ver pode te despertar a curiosidade, o que pode te levar a um beco sem saída, vi muitos colegas se perderem no meio do caminho, pessoas que estudavam na minha sala que se drogavam, meninas da minha turma que engravidaram, não que seja ruim mas em perspectiva de futuro sabemos o quanto isso atrapalha” – entrevistada A*

A entrevistada B descreve o contexto social em comunidade pobre, com histórico de violência, lideradas pelo tráfico de drogas, grande porta para crimes contra o patrimônio e contra a



vida. Crianças e jovens são atraídos por traficantes que oferecem uma falsa qualidade de vida diante da realidade. Conviveu desde criança com situações horríveis, no cotidiano ver diariamente na televisão, dentro e fora de casa, tentou modificar a realidade desde pequena. Foi motivada pelos pais a ter uma realidade diferente dos amigos e colegas que infelizmente não tiveram final feliz (...) Encarou a vida muito cedo e muito focada na realidade. Além disso, passou por situações que amadureceram, pois teve uma gestação com 16 anos. Foi daí que parou tudo que conseguiu viver e desejava para o futuro. Teve o filho e encarou a nova vida de dona de casa, nova, sem pretensão de ser dona de casa. Pensava em ser uma mulher que crescesse e saísse do bairro onde cresceu que infelizmente não era uma boa realidade para se viver. Nasceu o filho, morreu o pai da criança.

É lastimável uma sociedade tão desigual. A condição de vida dessa grande massa demonstra que o capitalismo não tem compromisso com o social.

É neste contexto contraditório que o assistente social tem fundamental papel de quebra desse paradigma quando assume ser o interventor das relações sociais cotidianas através de serviços socioassistenciais, na medida em que traz para a população os seus direitos como cidadão e mostra os deveres de um estado desigual em que os bens de produção não são repartidos igualmente.

Nessa perspectiva, tratou-se ainda das possibilidades e oportunidades que os entrevistados visualizam enquanto futuro. Como fazer parte do Projeto Pontes para o futuro os auxiliou. Pensando em um projeto cujo objetivo principal era desenvolver habilidades técnicas e propiciar a inserção do jovem no mercado de trabalho, concluiu-se pelo seu êxito, corroborando a tese principal de que somente através da formação acadêmica, no formato educacional propiciado pelo Estado, esses jovens de origem humilde, dificilmente, galgariam melhores condições profissionais.

Projetos como o Pontes para o Futuro visam motivar e apoiar o jovem que se estabelece entre o dilema estudar e profissionalizar para galgar espaço no mercado ou abdicar do estudo para sustentar a si e a família em detrimento de sua qualificação.

*“Mesmo sendo uma escola relativamente boa, eu sei que eu ter conseguido ingressar na faculdade através do ProUni não se deve ao ensino que eu tive lá, mas sim pelos meus esforços e a ajuda da Plan, um projeto que participei no início do terceiro ano do EM, uma amiga de minha mãe indicou a ela esse projeto, eu consegui entrar e inicialmente ele era para inserção dos jovens no mercado de trabalho, eles nos deram palestras, workshops, oficinas, mas o principal foi o curso, com professores do Senai, tivemos todos os cursos relacionados a área administrativa, foi lá que eu descobri minha vocação para gestora de Recursos Humanos, mas especificamente a área de Departamento Pessoal, aprendi muita coisa lá, conheci pessoas maravilhosas” – entrevistada A*

Embora o Projeto não tenha conseguido vagas de emprego para todos os jovens inseridos no programa, a capacitação técnica em algumas áreas do conhecimento estimulou e ampliou suas expectativas, porém ainda está aquém do ideal. O Estado deveria garantir os direitos constitucionais mínimos, previsto na constituição. O acesso às Universidades por jovens de baixa renda

estatisticamente apresenta números irrisórios.

As entrevistas reforçaram que muitas vezes os jovens pobres brasileiros perdem a ideia de que são responsáveis pela sua própria história, faltando-lhes perspectiva de futuro. Seguem a vida sendo conduzidos pelo possível, pelas necessidades mínimas de sobrevivência, com pouquíssimas chances de alçar melhores condições profissionais.

A entrevistada A afirma que é mais importante ter experiência do que conhecimento. Essa fala indica o quão antagônico é a relação educação e trabalho, conforme discorreu-se nos capítulos anteriores. É uma conta que não fecha, pois se a educação torna-se secundária em detrimento do trabalho, a formação técnica profissional jamais será concluída e esse jovem não estará apto a melhores colocações.

O Projeto Pontes para o futuro foi desenvolvido no Colégio Salesiano como dito. A época, um comparativo informal foi traçado entre os jovens inseridos no projeto e, aqueles alunos da própria escola. É de fácil constatação que os alunos do ensino médio, cuja média de idade está entre 16 e 18 anos, ao serem avaliados no Exame Nacional do Ensino Médio, alcançam excelentes notas.

Os alunos do projeto, com média de idade similar, estão longe dessa realidade. Primeiramente, o projeto convergiu para um curso de redação, diminuindo sua abrangência inicial. Através da produção de textos, poder-se-ia identificar os déficits pedagógicos dos jovens, e assim dar um direcionamento mais específico, motivando-os a continuarem os estudos.

O assistente social, diante dessa situação, tem o dever de se empenhar na viabilização da educação, emprego e renda, pois são direito do cidadão. Muitos projetos como o Pontes para o Futuro precisam ser implementados, mas partindo de uma política pública eficiente, sem razão a mercadológica do estado neoliberal. A sociedade está carente de políticas e ações voltadas para mudança social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação brasileira, desde seus primórdios, foi desenvolvida visando a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Durante a intervenção militar, isto ficou mais evidente, pois o processo de industrialização “forçou” o Estado a fomentar a escola pública quando constatou-se que um país que visa crescimento econômico, influenciado pelo capitalismo mundial, era em verdade “carregado” por muitos analfabetos.

Nosso objeto de estudo, jovens tecnicamente despreparados, carentes, inseguros, fruto de realidade de violência, alunos de escola pública precária, como se estabelece nessa sociedade construída e mantida com base nas conveniências do capital? A relação educação e trabalho

não está apenas ligada ao bem comum e ao desenvolvimento da sociedade, mas a interesses ideológicos. Quando o homem exerceu domínio sobre a natureza, produzindo, além das suas necessidades, o chamado excedente produtivo, possibilitou a exploração de um homem por outro.

O excedente produzido pela coletividade, não é repartido entre todos, mas torna-se apropriação de uma minoria que detém os meios de produção capitalista. O sistema capitalista produz compulsoriamente a questão social, pelo traço próprio da relação capital/trabalho – a exploração.

Esse contexto estimula apenas a necessidade de sobreviver, o auto sustentar-se. A relação educação/trabalho não se estabelece pois muitas vezes ocorre a escolha por uma delas. A necessidade precoce de auxiliar a família de forma material provoca o abandono da educação escolarizada. De outra banda, aos que se mantém no ambiente acadêmico, é fundamental também pontuar que a escolha, por vezes, de um curso em detrimento de outro se perfaz com o objetivo do retorno material mais rápido.

Enfim, aptidões, desejos, satisfação profissional não tem espaço. O binômio educação/trabalho é dissonante. A falta de perspectiva, a escassez da vaga de emprego formal, a carência de qualificação converge apenas para subempregos. Infelizmente, o jovem pobre no momento atual é empurrado pelo sistema capitalista e vive tentando se equilibrar para ao menos suprir as mínimas necessidades materiais.

As entrevistas deixam evidente e confirmam o quanto a necessidade de trabalhar e sustentar a família sobrepõe-se à educação formal. Os três entrevistados, com perfis sociais parecidos e idade entre 19 e 21 anos, discorrem sobre o contexto social de pobreza, vida em comunidade, violência, gravidez precoce e educação. Os entrevistados B e C apontaram-na como de pouca importância diante da necessidade do vínculo empregatício. Somente a entrevista A, mesmo com muita dificuldade, ingressou na faculdade através do ProUni e enxerga ali a condição para uma vida mais decente.

Nesse contexto, o assistente social enquanto profissional, com foco no bem-estar coletivo e na integração dos indivíduos na sociedade, tem o dever de amparar esses jovens e possibilitar o total acesso aos direitos sociais, via projetos públicos.

Somente um processo educacional inclusivo, através do desenvolvimento do sujeito como ser consciente e pensante pode provocar uma ação concreta de mudança dessa realidade. Por ora, os resultados obtidos na pesquisa de campo, assim como na pesquisa doutrinária demonstraram as dificuldades dos jovens pobres no binômio educação/trabalho, cujo contexto social influencia decisivamente nas suas decisões, com consequências irreversíveis.

## 5. REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 10/04/2018
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.
- DIRETRIZES E PERSPECTIVAS. **Política Nacional da Juventude**. Disponível em: <[http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/51/1/CNJ\\_pol%C3%ADtica\\_2006.pdf](http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/51/1/CNJ_pol%C3%ADtica_2006.pdf)> Acesso em 18/06/2017
- FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. **O Controle Judicial de Políticas Públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- LEI Nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 10/06/2017.
- MACHADO, Maria Margarida Machado e RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Educação de jovens e adultos: relação educação e trabalho. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013.
- MARX, K. e ENGELS, F. Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfaômega, s/d.
- RAITZ, Tânia Regina. PETTERS, Luciane Carmem Fiqueredo. **Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300011)> Acesso em 10/06/2017.
- SILVA, Alicia Mariani Lucio Landes da. **História da Educação**. Curitiba. Fael, 2013
- SINAJUVE. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em 18/06/2017.
- TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999